

Por Beatriz Matos

Há milhares de servidores públicos, em estados como a Bahia, mas também em outras unidades da federação, que foram usados para inflar a carteira de crédito na negociação entre o Banco de Brasília (BRB) e o Banco Master.

Ao prestar depoimento à Polícia Federal, o ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa afirmou não haver “prova concretas de fraude” na carteira de crédito negociada. O Correio da Manhã mostra agora algumas dessas provas. Créditos falsos apareceram vinculados a contas de professores da rede pública estadual da Bahia e de um policial militar do Distrito Federal, conforme apurou o Correio. Os créditos são vinculados ao CredCesta, cartão que permitia crédito consignado a esses servidores.

A investigação conduzida pela Polícia Federal (PF), com base em relatórios do Banco Central (BC), aponta que, a partir de 2019, o Banco Master com a entrada de Augusto Lima na sociedade, estruturou um modelo de crescimento acelerado baseado na originação e aquisição de carteiras de crédito consignado. Parte dessas carteiras teria sido transformada em títulos bancários sem documentação completa no momento da operação e posteriormente cedida ao Banco de Brasília (BRB).

Tal modelo tem origem na Bahia. Em depoimento, o controlador do banco, Daniel Vorcaro, afirmou que a expansão do consignado teve início com a formação de uma equipe interna trazida por seu então sócio, Augusto Ferreira Lima, que agora controla o Banco Pleno S.A (antigo banco Voiter), a quem atribuiu a responsabilidade por estruturar a operação dentro do então Banco Máxima, antes de virar Master, pelo seu relacionamento com os governantes baianos. Segundo Vorcaro, Augusto Lima foi quem desenhou os fluxos operacionais e liderou a expansão do consignado, que se tornou o principal produto do banco nos anos seguintes.

Com o crescimento da carteira, o Banco Master passou a realizar cessões recorrentes de créditos a investidores, prática que se intensificou a partir de 2020. As investigações apontam que o esquema alcançou pessoas físicas que passaram a ter valores vinculados ao banco sem nunca terem contratado empréstimos ou recebido qualquer quantia. Servidores públicos relataram a identificação de dívidas registradas em seus CPFs, associadas a carteiras negociadas entre instituições financeiras, mesmo sem desconto em folha ou cobrança direta, mas o comprometimento da margem estava lá. Provas dessas operações aparecem abaixo.

CredCesta

Segundo apuração da coluna Magnavita, do Correio da Manhã, a relação que envolve o empresário Augusto Lima e o Banco Master tem raízes na Bahia e remonta a



Professores da rede estadual da Bahia tiveram consignados falsos nas suas contas

Exclusivo: Correio da Manhã traz a história real de pessoas que foram usadas

Consignados falsos a partir da Bahia têm vítimas de carne e osso

2018, quando o então senador Jaques Wagner (PT/BA), hoje líder do governo do presidente Lula (PT) no Senado, comandava a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do estado durante a gestão do então governador Rui Costa, atual ministro da Casa Civil.

A coluna apontou que foi Wagner o responsável pela indicação do ministro aposentado do STF, Ricardo Lewandowski, como consultor jurídico do Banco Master, com contrato de R\$ 5 milhões de reais.

Foi nesse período que o empresário Augusto Lima venceu a privatização da Ebal (Empresa Baiana de Alimentos) e estruturou o CredCesta, um cartão de crédito consignado com juros abaixo do mercado, voltado principalmente a servidores públicos baianos.

O sucesso do CredCesta chamou a atenção do banqueiro Daniel Vorcaro, controlador do Banco Master. Em 2020, Augusto Lima teria ingressado na sociedade do banco, levando o produto para dentro da instituição, onde passou a figurar entre os principais ativos da operação de crédito consignado. Ao ser preso na Operação Compliance, a Polícia Federal identificou que Lima estava na organização das associações de funcionários públicos do Governo da Bahia, que deu origem aos créditos consignados repassados ao BRB.

Vítimas reais

Nos depoimentos prestados ao inquérito, Daniel Vorcaro, controlador do Banco Master, e Paulo Henrique Costa, ex-presidente do BRB, sustentam que não houve fraude, nem a utilização de créditos inexistentes nas carteiras negociadas entre as duas instituições. A versão apresentada é a de que todos os ativos eram reais, ainda que parte deles tivesse sido originada por terceiros,

Reprodução



As provas: o falso consignado, o pedido de explicações ao BC, a reclamação no Procon

e que eventuais problemas foram resolvidos por meio da substituição das carteiras, por precatórios, sem prejuízo ao BRB.

Não é o que servidores públicos relataram à reportagem. Eles identificaram empréstimos em seu nome, sem contratação, sem liberação de valores e sem desconto em folha. Na Bahia, os registros estariam associados à operação da Credcesta e a carteiras posteriormente negociadas, através das associações dos servidores públicos. O acesso ao banco de dados e ao cadastro dos funcionários só seria possível com a cumplicidade do governo baiano, já que os dados e a aceitação e geração dos consignados dependiam dessas informações confidenciais. O Governo da Bahia não explicou até agora como esses dados foram usados indevidamente.

Na Bahia

Um grupo de professores da rede estadual da Bahia, do município de Vitória da Conquista, descobriu a existência de empréstimos consignados vinculados aos seus CPFs sem que tivessem contratado as operações.

Um dos docentes informou que só identificou o problema ao consultar o sistema do Banco Central, onde constava um empréstimo de quase R\$ 10 mil atribuído ao Banco Master, sem qualquer autorização. Após o alerta circular em grupos internos da categoria, outros professores concursados passaram a relatar dívidas semelhantes.

O que chama a atenção é que nenhum valor foi depositado em conta, nem houve desconto em contracheque, porém, reduziu o limite para consignados verdadeiros que esses servidores desejavam tomar em outra instituição financeira. Procurado, o Banco Master teria informado que os contratos teriam origem em uma carteira adquirida de instituição parceira do governo estadual. Posteriormente, os professores foram informados que essas dívidas estavam

sendo repassadas ao BRB, que confirmou as compras.

Após questionamentos, os registros desapareceram do sistema.

Em um dos casos, um professor entrou com ação na Justiça e obteve indenização por danos morais, após alegar prejuízo ao score de crédito e constrangimento decorrente da dívida não reconhecida.

No DF

O esquema, no entanto, não se restringiu ao estado baiano. Em Brasília, um policial militar aposentado também relata ter sido vítima do mesmo mecanismo. Documentos obtidos pela reportagem mostram como a prática operava na ponta: o servidor aparece como devedor de contratos que variam entre R\$ 1,6 mil e quase R\$ 10 mil, com saldo devedor, número de parcelas e status de adimplência registrados normalmente nos sistemas.

O aposentado apresentou extratos que indicam contratos de R\$ 9.918,17 e R\$ 8.931,07, ambos com 93 parcelas. Segundo ele, os empréstimos nunca foram contratados e nenhum valor foi depositado em sua conta.

O policial levou o caso ao Procon do Distrito Federal (DF), onde formalizou reclamação contra o Banco Master e o BRB em 3 de novembro de 2025. Por envolver inativos, esses consignados falsos poderão ser investigados pela CPMI do INSS.

Em resposta à ouvidoria, o BRB confirmou a cessão das carteiras e informou que parte dos contratos havia sido posteriormente recomprada pelo próprio Banco Master. Mesmo após as reclamações, os registros permaneceram ativos, bloqueando a margem consignável do aposentado e impedindo-o de contratar novos empréstimos ou acessar linhas de crédito.

Maquiagem

Para o mestre em Direito, Estado e Constituição Lucas Cerqueira, operações desse tipo são usadas para criar uma aparência artificial de solidez financeira.

Segundo ele, empréstimos que nunca foram pagos ou sequer estruturados para pagamento podem ser registrados como ativos com o objetivo de maquiagem balanços e simular ganhos que não existem.

“A emissão de títulos correspondentes a valores inexistentes permite oferecer juros acima do mercado para atrair investidores, mesmo sem condições materiais de sustentar esses rendimentos”, afirma.

Cerqueira explica que o mecanismo pode servir tanto para inflar resultados contábeis quanto para ocultar quem realmente se beneficiou dos recursos.

O problema: isso é fraude contábil com o envolvimento de pessoas inocentes. E, mais grave: no caso, serviu para justificar uma carteira de crédito no valor de R\$ 12,4 bilhões, que inflou o preço da negociação.

Um esquema que se originou na Bahia e se espalhou por outras unidades da Federação.